

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-04-01

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Almeida, M. A. P. de (2003). As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997. In António Costa Pinto, André Freire (Ed.), *Elites, sociedade e mudança política*. (pp. 9-42). Oeiras: Celta.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Almeida, M. A. P. de (2003). As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997. In António Costa Pinto, André Freire (Ed.), *Elites, sociedade e mudança política*. (pp. 9-42). Oeiras: Celta.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

As Elites Municipais e a Revolução: Portalegre 1941-1997.

Maria Antónia de Figueiredo Pires de Almeida
Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Introdução.

Quem constitui o poder local? Quais os grupos sócio-profissionais que ocuparam os principais cargos dos municípios portugueses? Qual a sua evolução e comportamento durante a segunda metade do século XX, nos últimos anos de Estado Novo e perante a transição política resultante da Revolução de 25 de Abril de 1974?

Para responder a estas questões, aparentemente simples, está ainda por desenvolver um longo trabalho de recolha de fontes a nível das autarquias locais e do contacto directo com as populações, no sentido de uma recolha da memória oral sobre o tema. O apuramento das elites locais só há pouco começou a constituir motivo de interesse para os historiadores, integrado numa corrente à qual se pode chamar a História Social da Administração. Alguns trabalhos têm sido escritos e apresentados como provas académicas, sobretudo a partir dos trabalhos pioneiros de Maria Manuela Rocha e Hélder Fonseca, respectivamente sobre Monsaraz e Évora. O tipo de fonte utilizado por estes autores incluiu (entre muitos outros) os registos das Casas Agrícolas das famílias consideradas, material também explorado por Jorge Fonseca e por Conceição Andrade Martins e Ana Cardoso de Matos em diversos livros e artigos. Rui Santos descreveu as elites de Mértola no século XVIII no seu artigo “Senhores da terra, senhores da vila...”, no qual analisou o recrutamento para os cargos da Câmara e da Misericórdia, as duas mais importantes instituições do poder político local, onde as elites fundiárias dominavam. No âmbito do Mestrado em História Social Contemporânea do ISCTE também foram produzidos alguns trabalhos sobre este tema, como por exemplo as teses de João Manuel Pereira sobre Torres Vedras, de Carla Faustino sobre Arraiolos, e o artigo de Zélia Pereira sobre Almada. No mesmo contexto foram estudadas as elites de Avis entre 1886 e 1941, de Oeiras entre 1908 e 1926, de Torres Vedras entre 1907 e 1931 e de Lisboa entre 1926 e 1945. Contudo, a parte final do século XX parece ainda não ter constituído motivo de curiosidade.

No essencial, este tipo de pesquisa baseia-se nos Livros de Actas das Câmaras Municipais, nos livros do Recenseamento Eleitoral (para apuramento das categorias profissionais, pelo menos até finais dos anos 60) e no levantamento minucioso das elites económicas e sociais, utilizando fontes como os registos das Misericórdias locais e outras instituições de poder (por exemplo os Grémios). Fundamentais são também outras fontes locais menos “institucionais”, como é o caso das pessoas propriamente ditas, com as suas memórias e vontade de recordar, as casas, os cemitérios, as estátuas e monumentos locais, os nomes das ruas, etc. Um passeio atento por uma vila ou uma pequena cidade do interior revela por vezes mais do que se esperava. Os nomes expostos nos referidos locais, quando comparados com os indivíduos apurados nos livros de actas ou nos despachos do Ministério do Interior (que nomeavam e exoneravam os presidentes e vice-presidentes das câmaras) permitem apurar a importância das famílias e a respectiva estima ou representatividade local. A sua ausência dos locais públicos pode evidenciar o contrário¹...

Para iniciar esta autêntica maratona pelo “país real”, comecei pelo concelho de Avis e estendi a pesquisa ao distrito de Portalegre, ambicionando desenvolver posteriormente este trabalho por todo o Alentejo e, se possível, por todo o país. Para que o projecto se tornasse viável foi necessário limitar o campo de trabalho ao apuramento dos nomes e das categorias profissionais dos presidentes de câmara e de alguns vice-presidentes, deixando de parte os vereadores, além dos membros das Juntas de Freguesia e Casas do Povo. Para não falar nos dirigentes dos outros órgãos do poder local já referidos, cujas listas, se estivessem disponíveis facilmente e se pudessem cruzar com as do poder político, completariam o retrato da sociedade local e dos seus representantes mais significativos.

Distrito de Portalegre.

O distrito de Portalegre é composto por 15 concelhos, nos quais apurei, para o período de 1941-1997, um universo de 152 presidentes da câmara que efectivamente

¹ Em Nisa, Monforte e Castelo de Vide há bustos e homenagens a médicos que se destacaram no serviço social no respectivo concelho. Em Avis, pelo contrário, apesar de ter havido um médico que foi deputado na Assembleia Nacional entre 1945 e 1953, não há qualquer referência ao seu nome em espaço público, pois era uma figura muito pouco apreciada.

exerceram as suas funções, incluindo os vice-presidentes que substituíram os presidentes por demissão ou afastamento destes. Não inclui os vice-presidentes que substituíram temporariamente os presidentes e por estes assinaram as actas das sessões da câmara, o que aumentaria este número para cerca de mais 1/3. Por exemplo, no concelho do Gavião, o presidente, Dr. Joaquim Maria de Mendonça Lino Neto, Licenciado em Direito e grande proprietário rural, residia em Lisboa. Ocupou o cargo durante 12 anos, entre 1937 e 1949, mas entre 1941 e o final de 1949, portanto mais de 8 anos, quem assinou todas as actas de forma consecutiva foi o vice-presidente em exercício: João Pedro d'Ascensão, funcionário da câmara e administrador da Casa Pequito Rebelo. Este caso foi o mais prolongado, mas era frequente a substituição dos presidentes por motivos de doença e mesmo por morte, até à nomeação do presidente seguinte, pelo exercício da actividade profissional em Lisboa ou na capital do distrito, ou simplesmente por ser a época balnear ou termal, o que não fica expresso, mas subentende-se pela estação do ano.

Dos 152 nomes apurados, 90 presidiram as câmaras municipais no período de 1941 a 1974; 17 exerceram a presidência das Comissões Administrativas nomeadas no período que antecedeu as primeiras eleições autárquicas de 12/12/1976; e 47 foram eleitos entre 1976 (assumindo os cargos em Janeiro de 1977) e 1997².

Além das dificuldades com o apuramento das classificações sócio-profissionais de cada um destes indivíduos, outros problemas importantes se colocaram com a sistematização das informações recolhidas e que estão relacionadas com as características do meio em estudo e a sua forte componente rural: ocupação principal e secundária e posse da terra e qualidade de grande ou pequeno proprietário rural como factor determinante do estatuto sócio-profissional. O grande cruzamento de categorias enriqueceu sem dúvida a caracterização dos indivíduos, mas complicou a apresentação estatística dos resultados. Assim, para a elaboração dos quadros tomou-se em atenção a actividade e a habilitação ou profissão exercida que constitui a principal fonte de rendimentos (aparente). Partiu-se do princípio que um grande proprietário rural retira das terras o seu rendimento principal, mesmo que exerça a profissão de médico ou advogado, enquanto que um pequeno proprietário com uma habilitação superior ou

² A soma destes valores é 154, mas em dois casos, Ponte de Sor e Marvão, os presidentes das comissões administrativas entre 1974 e 1976 foram eleitos em 1976 e 1985, respectivamente.

média retira certamente da sua profissão a parte mais significativa do seu rendimento³. No caso de um comerciante que tem algumas terras, por exemplo, o indivíduo é classificado como comerciante e só secundariamente é pequeno proprietário ou lavrador. Um advogado que é professor de liceu e não exerce advocacia está no grupo dos professores, não dos advogados. Os notários, conservadores, etc., estão no grupo dos licenciados. Este último grupo inclui apenas as licenciaturas tradicionalmente mais frequentes no meio rural: Direito, Medicina, Farmácia e as Engenharias Agronómica, Silvícola e Civil. No entanto, nos últimos anos surgiram presidentes com licenciaturas que se podem considerar inovadoras no meio em causa: em Fronteira o presidente eleito em 1993 é um economista, mas está incluído no grupo dos militares (é um Major na reserva), pois tirou a licenciatura posteriormente. Em Portalegre, nas eleições de 1989 foi eleito um funcionário do Centro Regional de Segurança Social, que tirou posteriormente a licenciatura em Sociologia (ficou incluído no grupo dos funcionários). Em Avis o Vice-presidente, que assumiu a presidência em Junho 2000 por o presidente ter pedido a suspensão do mandato (ao fim de 20 anos) é um militante do PCP, com uma carreira essencialmente política, que desempenhava as funções de Vereador da Cultura e é licenciado em Sociologia. Em 1997, portanto também já fora do âmbito cronológico abordado, em Marvão foi eleito um funcionário público licenciado em Teologia.

O grupo dos funcionários inclui funcionários públicos locais (tesouraria, etc.) ou reformados da função pública em Lisboa (sobretudo pós-1975), funcionários da CP, assistentes sociais, gerentes comerciais, contabilistas.

No quadro I resume-se, por períodos de cerca de 10 anos (excepto no período de transição revolucionária), a composição sócio-profissional dos presidentes das câmaras do distrito de Portalegre. Fica clara a alteração ocorrida com a Revolução de 25 de Abril de 1974.

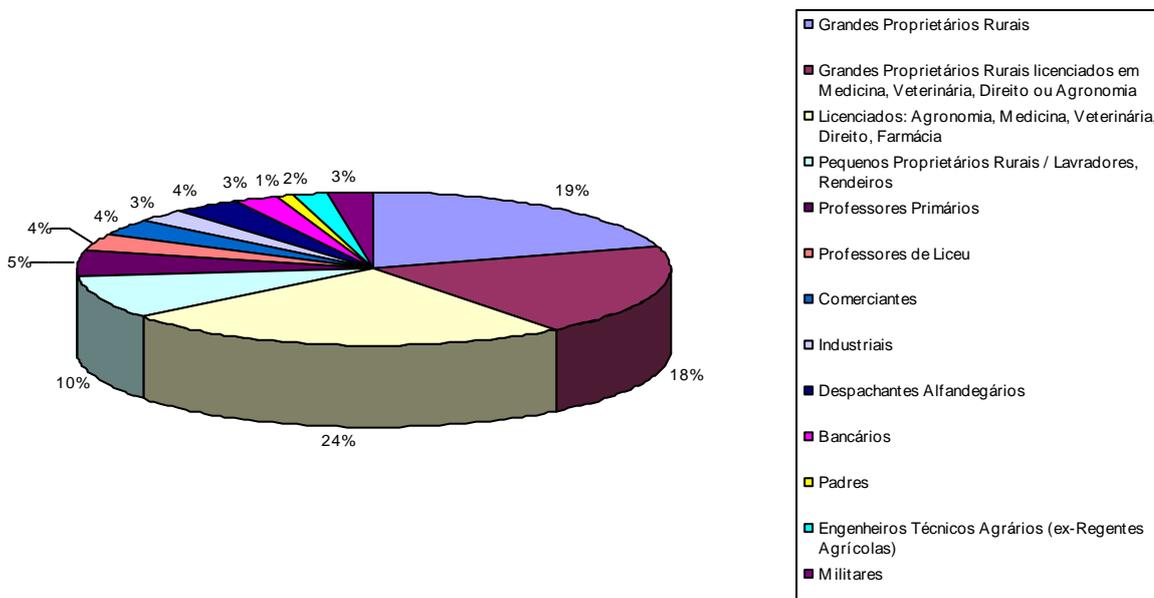
³ Alguns grande proprietários rurais nem chegavam a exercê-la, como alguns Bachareis em Direito, ou médicos. Por exemplo em Elvas o Dr. Mário Gonçalves Cidraes, que foi presidente entre 1944 e 1956, era proprietário rural e médico, mas não exercia medicina. Por outro lado, em Castelo de Vide, em 1946, o

Quadro I:

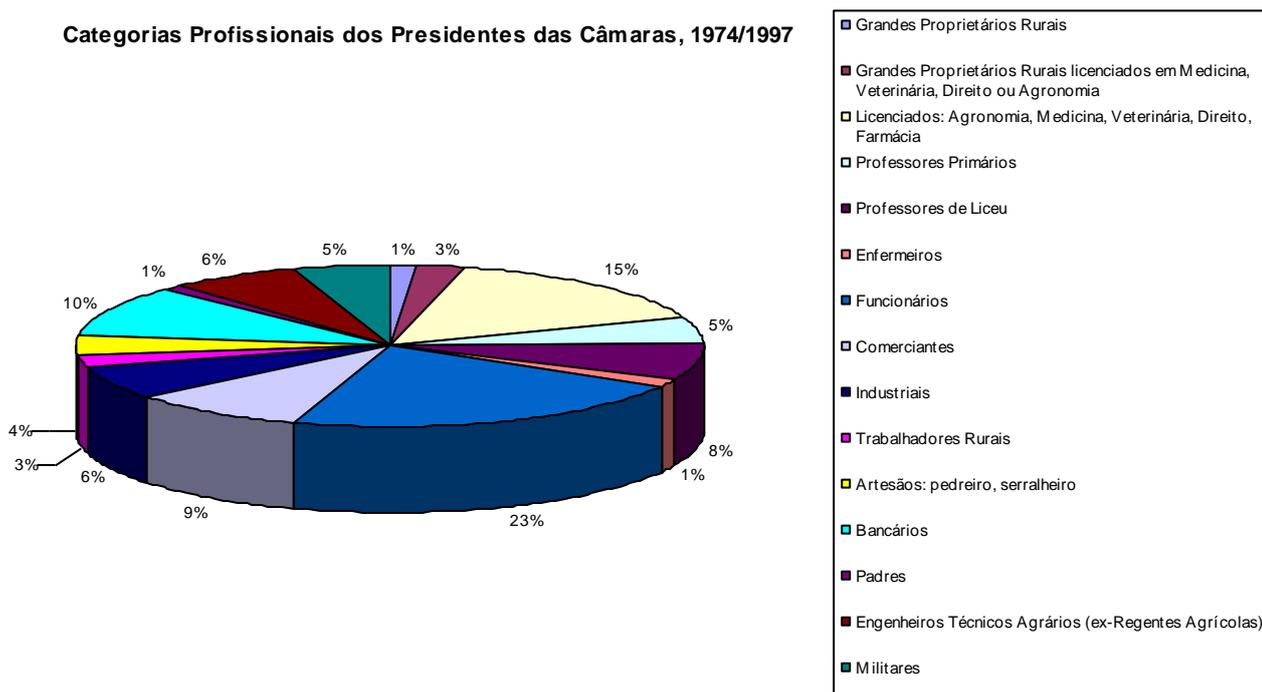
Presidentes da Câmara: Categorias Sócio-Profissionais	1941/ 1950	1951/ 1960	1961/ 1970	1970/ 1974	1974/ 1976	1977/ 1979	1980/ 1989	1990/ 1997	Totais	%
Grandes Proprietários Rurais	8	4	6	5				1	24	12.6
Grandes Proprietários Rurais licenciados em Medicina, Veterinária, Direito ou Agronomia	13	3	2	4	1	1		0	24	12.6
Licenciados: Agronomia, Medicina, Veterinária, Direito, Farmácia	8	9	9	2	3		4	5	40	20.9
Pequenos Proprietários Rurais / Lavradores, Rendeiros	1	2	5	3				0	11	5.8
Professores Primários	1	1	2	2	2			2	10	5.2
Professores de Liceu			2	2	1		4	1	10	5.2
Enfermeiros					1				1	0.5
Funcionários					2	3	5	7	17	8.9
Comerciantes	2	1	1		5	2	1	0	12	6.3
Industriais	1			2	2	2	1	0	8	4.2
Despachantes Alfandegários	1	1	1	1				0	4	2.1
Trabalhadores Rurais						1		0	1	0.5
Artesãos: pedreiro, serralheiro						1	2	0	3	1.6
Bancários		1	1	1		2	3	3	11	5.8
Padres	1					1		0	2	1.0
Engenheiros Técnicos Agrários (ex-Regentes Agrícolas)	1		1				3	2	7	3.7
Militares	3					1	1	2	7	3.7

Dr. João António Transmontano, Licenciado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra, era também grande proprietário e tinha consultório.

Categorias Profissionais dos Presidentes das Câmaras, 1941/1974



Categorias Profissionais dos Presidentes das Câmaras, 1974/1997



Até 1974.

A caracterização das elites locais realizada pelos referidos autores que estudaram localidades alentejanas aponta, no geral, para uma grande concentração do poder local nas mãos dos grandes proprietários fundiários. No distrito de Portalegre essa regra

também se verificou, se bem que alguns estudos locais seriam ainda desejáveis para completar o quadro. No caso que estudei com maior profundidade, o concelho de Avis, pode afirmar-se com toda a certeza que pelo menos desde os finais do século XVIII o grupo detentor do poder político estava claramente identificado com a posse da terra ou da sua exploração directa sob a forma de arrendamento⁴. Quem de facto dominou a cena política, económica e social do concelho durante mais de 200 anos, construindo fortes marcas da sua presença, foram os grandes rendeiros e os proprietários de herdades de dimensões médias entre 500 e 1.000 ha. É este grupo que domina o arrolamento dos elegíveis para vereadores da vila de Avis para os anos de 1799-1801⁵, além de se destacar a figura do boticário, o único cujo prestígio era conferido pela profissão que exercia e não pelo poder económico. Os procuradores do concelho, pelo seu lado, já eram de outras categorias sócio-profissionais mais baixas: logista, “sua agencia” (vivia de rendimentos), mercador de roupas, carpinteiro e alvanéu (pedreiro). Avis entrou no século XX com os descendentes dessas elites ocupando exactamente a mesma posição na sociedade local e nas instituições de poder. A grande diferença foi a transferência de propriedade da terra: os maiores rendeiros passaram a maiores proprietários (foram adquirindo terras, preferentemente aquelas que tinham arrendado anteriormente) e a Maiores Contribuintes (MC) da contribuição predial⁶. Alguns deles adquiriram ou aumentaram as suas moradas nas vilas, mudando a sua residência das sedes da lavoura para os prédios urbanos. Outros embelezaram as casas dos montes, construindo verdadeiros palácios. Estas aquisições foram sendo efectuadas ao longo do século XIX com os capitais realizados com a própria lavoura, ou com o recurso ao crédito particular.

As transições revolucionárias da primeira metade do século XX em nada afectaram este grupo. Tanto na República, como no Estado Novo, a presidência da câmara continuou a ser exercida pelas mesmas famílias, e a Misericórdia continuou a ter como provedor os mesmos padres ou médicos, que acumulavam a sua profissão com a

⁴ Para mais pormenores pode ler-se ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de – “Património e poder local: os senhores e os seus rendeiros (Avis, 1778-1993)”, 1º Congresso de Estudos Rurais, Vila Real, 16-18 de Setembro 2001, publicação em CD, disponível em www.utad.pt/~des/cer/.

⁵ ANTT. Desembargo do Paço. Alentejo e Algarve. Arrolamentos dos elegíveis para vereadores da vila de Avis para os anos de 1799-1801.

⁶ Esta classificação encontra-se nos livros do Recenseamento Eleitoral e fazia parte dos critérios de elegibilidade para os cargos de vereador e procurador do concelho.

lavoura. Salienta-se que logo em Julho de 1926 dois decretos revolucionários dissolveram imediatamente todos os corpos administrativos, mas permitiram aos “cidadãos que pertenciam às gerências dissolvidas” fazerem parte das novas comissões administrativas nomeadas⁷. Os presidentes das câmaras no período do Estado Novo passaram a ser nomeados pelo governo, por alvará dos Governadores Civis dos distritos, e alguns permaneceram com a transição do regime, como foi o caso de Avis. A introdução dos organismos corporativos, neste caso o Grémio da Lavoura e as Casas do Povo, apesar de alguma resistência inicial por parte de alguns proprietários, também não veio alterar os equilíbrios tradicionais de poder: pelo contrário, a sua estrutura de funcionamento consolidou a posição das elites, que rapidamente se apropriaram das suas direcções. Os tradicionais senhores da terra permaneceram à frente do poder político até 1950, ano em que este cargo passou para as mãos de membros da elites dos serviços, com fortes ligações à União Nacional: um farmacêutico primeiro, seguido de um professor de liceu. Nestes anos assistiu-se também a uma certa profissionalização da actividade agrícola, com os filhos dos maiores proprietários a tirarem cursos técnicos e superiores nas áreas da Agronomia e da Medicina Veterinária.

Se este foi o percurso das elites no concelho de Avis, no resto do distrito foi possível verificar também em alguns casos a permanência dos nomes e dos grupos sócio-profissionais na transição revolucionária que deu origem ao Estado Novo. Em Campo Maior, Castelo de Vide e na Ponte de Sor os presidentes eram grandes proprietários rurais nos anos 20 e continuaram a sê-lo no início dos anos 30. Porém, em 1934, em Campo Maior houve um presidente médico, seguido de um Químico-Farmacêutico em 1935 e um comerciante entre 1936 e 1949. Em Alter do Chão, Nisa Elvas, Marvão (e eventualmente em Portalegre, mas não nos foi possível apurar), esses anos foram marcados pela subida ao poder dos militares: um Alferes de Cavalaria em 1931, um Tenente em 1929, um Capitão (pelo menos desde 1941) e um Major (1939), respectivamente, tal como aconteceu em Lisboa e no Porto⁸.

Para a presidência deste “órgão colegial de gestão permanente dos negócios municipais”, devia dar-se preferência aos vogais do Conselho Municipal, a antigos

⁷ Decretos-Lei nº 11.875, de 13/07/1926 e nº 11.904, de 19/07/1926.

⁸ Como se pode ver nas profissões dos cidadãos nomeados para as comissões executivas respectivamente de Lisboa (Decreto nº 11.822, de 2/7/1926) e do Porto (Decreto nº 11.840, de 5/7/1926).

vereadores, a membros das comissões administrativas municipais ou a diplomados com um curso superior. O mandato tinha a duração de 4 anos, podendo ser renovado 2 vezes (ordinariamente), ou 3 (mediante um decreto). “Por representar a Administração Central no campo autárquico, o Presidente da Câmara foi, ao longo de quatro décadas, um verdadeiro *magistrado administrativo*”, o que “contribuiu significativamente para o apagamento da autonomia da administração autárquica e da representatividade daquele que mais emblematicamente a exercia”. O Vice-Presidente também era nomeado pelo governo e tinha o dever de assistir às sessões da câmara. Os vereadores podiam ser entre 6 e 12 e eram eleitos quadrienalmente pelo Conselho Municipal, o órgão deliberativo da autarquia. José António Santos acrescenta que cumpria ao presidente “informar o governador civil sobre todos os assuntos de interesse público, fazer executar as leis e regulamentos, inspeccionar as freguesias, e atestar o comportamento moral e civil. Como autoridade policial cabiam-lhe vastas competências, como as de zelar pela ordem e tranquilidade, policiar espectáculos, estrangeiros, reuniões públicas e solenidades religiosas ou desempenhar funções e investigação judiciária”⁹. Este cargo não era remunerado, facto que desde logo constituía um critério de selecção¹⁰ e que obrigava os respectivos ocupantes a continuar o exercício das suas funções profissionais. Levava também ao sentimento muito publicitado de “sacrifício pela Nação”, o qual se manifestava grande parte das vezes na já referida delegação de funções nos vice-presidentes.

Analisando a composição sócio-profissional deste cargo no distrito, nota-se até 1974 o predomínio dos grandes proprietários rurais, sobretudo licenciados, a soma dos quais representa 37% dos presidentes apurados nesse período. Os licenciados que não dependiam da propriedade fundiária para a maior parte dos seus rendimentos representavam 24%, mas se somados aos grandes proprietários rurais com licenciaturas atingem um valor de 42%. Estes valores são característicos dos países mediterrânicos e pouco desenvolvidos, indiciando a falta de quadros médios para ocuparem estes cargos do poder local. São também reveladores da continuidade no poder das antigas elites, que

⁹ SANTOS, José António – “Municípios”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento F/O*, volume VIII, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999, pp. 571 – 574.

¹⁰ Naturalmente não se encontra um único trabalhador rural, artesão ou mesmo funcionário público.

se sucediam de forma directa (pais e filhos¹¹) ou indirecta (irmãos, cunhados, sobrinhos, etc.). Estas elites caracterizam-se de modo geral não só pela propriedade fundiária, mas também pela detenção das propriedades urbanas de maiores dimensões e de localização mais central. As residências das elites, habitualmente de aspecto exterior sumptuoso, deixaram marcas na paisagem urbana e na arquitectura das vilas e cidades alentejanas. Algumas destas casas foram mais tarde aproveitadas para sedes de novos organismos públicos, ou doadas às Misericórdias, como foi o caso de Nisa.

A partir dos anos 50 e sobretudo nos anos 60 começa uma alteração significativa que se irá acentuar no período pós-revolucionário: nos concelhos de Avis em 1950 (o já referido farmacêutico desligado da grande propriedade fundiária) e Portalegre em 1964 (professor primário) a introdução de novas profissões na presidência foi precoce e afastou definitivamente a grande propriedade fundiária do exercício, pelo menos directo, do poder político. Contudo, se nestes concelhos terminou o domínio político das grandes famílias terratenentes, que foram substituídas por um novo grupo de profissionais liberais, desligados da posse das grandes propriedades características da região, isto não significou qualquer tipo de perda de influência do regime, antes pelo contrário. Os indivíduos nomeados tinham uma ligação ainda mais forte à União Nacional, o que vem contrariar, pelo menos a nível das elites locais, “a lenta agonia do Salazarismo” a partir de 1950.

Em Avis particularmente, esta transição esteve ligada com um episódio curioso ocorrido neste distrito: nas eleições de 13/11/1949 para a Assembleia Nacional houve uma disputa renhida entre o candidato da União Nacional, Jaime Joaquim Pimenta Presado (um médico de Avis, casado com uma grande proprietária), e o candidato da oposição, José Adriano Pequito Rebelo, o famoso advogado, grande proprietário e aviador que apoiou Franco durante a Guerra Civil, etc., que se atreveu a apresentar uma lista denominada *Regionalista Independente*. Ora o Dr. Pequito Rebelo, que durante toda a sua vida comentou por escrito a maior parte dos acontecimentos políticos, sobretudo relacionados com a lavoura alentejana¹², foi apoiado pelo presidente da câmara de Avis, Luís Mendes Vieira Lopes, cunhado e inimigo do seu opositor, Dr.

¹¹ Por exemplo em Arronches o presidente que exerceu entre 22/6/1966 e 9/5/1974 era filho do anterior (24/7/1961 – 15/2/1966).

Presado. Com a derrota de Pequito Rebelo¹³, “representante da grande lavoura alentejana” e dos “grandes lavradores que não evoluem”, e a vitória das “massas alentejanas”, “gente boa, repositório das melhores e mais puras qualidade da Nação Portuguesa”, segundo as palavras do deputado vitorioso na Assembleia Nacional em 16-12-1949¹⁴, o presidente da câmara de Avis foi substituído, assim como o do Gavião, concelho onde Pequito Rebelo residia a tinha as suas propriedades.

Pelo menos nestes concelhos, e como reacção ao referido acontecimento político, parece verificar-se uma afirmação cada vez maior do Estado Novo e dos seus representantes, face à grande lavoura conservadora e ainda com tendências monárquicas.

No resto do distrito também se verificaram algumas alterações no grupo sócio-profissional dos presidentes das câmaras, mas não foram definitivas: em Arronches e Castelo de Vide em 1951 (dois professores primários) e em Alter do Chão em 1959 (pequeno proprietário, agente bancário e de seguros), estes indivíduos foram seguidos por grandes proprietários rurais. Um concelho nunca chegou a ter membros deste grupo no poder local no período considerado: em Marvão a sequência das profissões dos presidentes da câmara foi a seguinte: padre (1930), militar (1939), industrial e despachante alfandegário (1945), médico (1956), despachante alfandegário (1964, não era o mesmo) e industrial (1974).

O grupo dos pequenos proprietários rurais, lavradores e rendeiros também teve um peso significativo: 10% neste período, sendo completamente aniquilado do poder local e talvez também da vida económica e social destes concelhos no período pós-25 de Abril, pelo menos na sua qualidade de categoria simples. Enquanto um pequeno lavrador no Alto Alentejo tinha a possibilidade de ter algum peso social apenas com a sua actividade na lavoura, nos últimos anos esse mesmo lavrador verificou a necessidade de complementar a sua actividade agrícola com outra profissão. Esta

¹² A sua lista bibliográfica é enorme e de grande interesse pelas suas posições radicais, e acompanha os principais acontecimentos do século XX, desde 1918 a 1982.

¹³ Amargamente contestada no livro *As Eleições de Portalegre (Documentos)*, Edição do autor, Lisboa, 1950.

¹⁴ *Diário da Assembleia Nacional*. Na sua intervenção, Pimenta Presado descreveu estas eleições, que nos círculos de Castelo Branco e Portalegre “foram duramente disputadas”: “No distrito de Portalegre, por onde fomos eleitos, o aparecimento de duas listas despertou um interesse desusado entre o eleitorado, com tão altas percentagens de votantes como nunca se tinha verificado.”

situação, se já não é nova, foi pelo menos agravada. A novidade reside no facto de ter desaparecido por completo a representatividade pública dos que se dedicam exclusivamente à agricultura, pelo menos sem outra habilitação de nível superior.

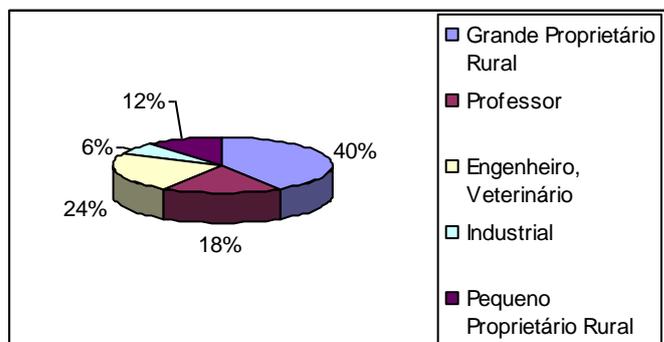
Chega-se ao dia 25 de Abril de 1974 com o seguinte panorama dos presidentes da câmara do distrito de Portalegre:

Quadro II:

Alter do Chão	Grande Proprietário Rural, Eng. Agrónomo
Arronches	Grande Proprietário Rural
Avis	Professor de liceu
Campo Maior	Grande Proprietário Rural
Castelo de Vide	Eng. Agrónomo
Crato	Proprietário Rural
Elvas	(a)
Fronteira	Grande Proprietário Rural, Médico Veterinário
Gavião	Professor Primário
Marvão	Industrial
Monforte	Grande Proprietário Rural
Nisa	Grande Proprietário Rural
Ponte de Sor	Grande Proprietário Rural, Engenheiro
Portalegre	Professor
Sousel	Lavrador, Pequeno Proprietário, Grande Rendeiro

Fontes: Livros de Actas das Câmaras Municipais, Livros do Recenseamento Eleitoral e entrevistas orais.

(a) não teve acesso aos livros entre 1967 e 1976.



Período de transição, 1974 – 1976:

A Revolução foi acolhida nestes meios com alguma apreensão. Logo nos primeiros dias repetiram-se os telegramas de saudação à Junta de Salvação Nacional, tanto de forma directa, como na pessoa do seu representante no distrito.

É curioso comparar as reacções oficiais expressas nas actas no período da instauração da República e em 1974. Por exemplo em Avis, a sessão extraordinária da

câmara do dia 10/10/1910 foi presidida pelo vice-presidente da CMA, o Cónego José Ricardo Freire d'Andrade, e teve a comparência dos vereadores mais jovens, que se revelaram muito satisfeitos com a mudança do regime, como se pode ler na respectiva acta: “Considerando que a noticia official da proclamação da Republica no nosso paiz foi reconhecida pela maioria dos habitantes d'este Concelho com evidentes e ruidosas manifestações de aplauso e de jubilo em que tomaram parte todas as classes sociais; considerando que tal aplauso e jubilo tem origem não só na sêde anciosa d'uma regeneração política, social e economica que libertasse o paiz da aviltante degradação a que foi arrastado pelos governos monarchicos há longus annos, roubando-lhe a independencia a Credito e o prestigio seculares, mas tem origem ainda na Convicção que avassalou o espirito de todos os portugueses de que o regime monarchico já não devia restituir-nos aquellas nobres qualidades que conquistaram em eras distantes para este bello paíz o respeito e a admiração de todos os povos. (...) Por todos estes motivos proponho: 1º Que a Camara municipal d'este Concelho affirme a sua adhesão e fidelidade ao regime republicano; 2º Que se Congratule com os habitantes do seu Concelho e com o paiz por tão desejado acontecimento, fazendo votos para que se inicie na nossa patria uma epoca de regeneração e de progresso politico e social.; 3º Que se dê immediatamente conhecimento d'estas resoluções aos Ex^{mos} Ministro do Interior e Governador Civil d'este districto; 4º Que em signal de regosijo se encerre a sessão.” (*sic*). O presidente não compareceu à sessão e foi logo substituído.

No mesmo concelho, seis décadas e duas revoluções mais tarde, a “Deliberação” do dia 11/5/1974 (ver anexo), escrita pelo presidente em exercício, Dr. Fernando Nuno Belo Gonçalves Coelho, constituiu manifestamente uma formalidade, e revela a total ausência de emoção ou satisfação com todo o processo em causa. Foi seguida imediatamente dos pedidos de exoneração do Presidente e do Vice-Presidente da Câmara¹⁵, garantindo a continuação do cumprimento do dever até à sua substituição. O mesmo se passou em Nisa, onde em 28/5/1974 o Presidente pediu a sua exoneração ao

¹⁵ Em 20/5/1974. No mesmo dia ambos enviaram cartas a numerosas pessoas, com o seguinte texto: “Tendo pedido a minha exoneração do lugar de Presidente (ou Vice-Presidente) deste Município, cumpre-me agradecer, por este meio, a leal colaboração que recebi de V. Ex^a. no desempenho do meu cargo. Juntamente com a expressão do meu profundo reconhecimento, e com os meus melhores cumprimentos, aqui deixo a V. Ex^a. a oferta dos meus préstimos. A bem da Nação...” (Arquivo da CMA, livro da correspondência expedida).

governo civil, mas continuou à frente da câmara até à sua substituição, “para não criar dificuldades à Junta de Salvação Nacional.”

Pelo contrário, em câmaras como as de Castelo de Vide e Fronteira (ver anexo), houve manifestações entusiásticas de júbilo.

O decreto-lei nº 236/74, de 3/06/1974, deu competências ao Ministro da Administração Interna para, mediante portaria, dissolver os corpos administrativos, independentemente de qualquer formalidade, e nomear em sua substituição comissões administrativas. Até às nomeações formais destas comissões, os vereadores assumiram as presidências das câmaras temporariamente.

Quadro III:

Cronologia da tomada de posse dos vereadores, de acordo com o Decreto-lei nº 236/74, depois da saída dos presidentes das câmaras:

Avis	20/Mai/74
Monforte	23/Mai/74
Castelo de Vide	25/Mai/74
Sousel	28/Mai/74
Crato	11/Jun/74
Arronches	14/Jun/74
Gavião	14/Jun/74
Nisa	18/Jun/74
Alter do Chão	19/Jun/74
Ponte de Sor	19/Jun/74
Portalegre	26/Jun/74
Marvão	27/Jun/74
Fronteira	2/Jul/74
Campo Maior	5/Jul/74
Elvas	?

Cronologia da tomada de posse das Comissões Administrativas:

Avis	12/Jul/74
Crato	22/Jul/74
Portalegre	23/Jul/74
Arronches	8/Ago/74
Castelo de Vide	14/Nov/74
Campo Maior	19/Nov/74
Sousel	19/Nov/74
Alter do Chão	20/Nov/74
Monforte	20/Nov/74
Nisa	20/Nov/74
Ponte de Sor	20/Nov/74
Marvão	21/Nov/74
Fronteira	7/Fev/75
Elvas	?
Gavião	?

A data limite de 18/6/1974 para terminarem os mandatos dos presidentes das câmaras foi cumprida escrupulosamente. A tomada de posse das Comissões Administrativas teve uma variação considerável, desde a de Avis que se efectuou em 12 de Julho, 5 dias antes da saída da portaria que a nomeava (Portaria nº 28/74, de 17/7/1974), até à de Fronteira, que só tomou posse em Fevereiro do ano seguinte. A maioria (8 das 15 câmaras) iniciou as suas funções em Novembro de 1974.

Entretanto, a consagrada expressão do “assalto às câmaras”, usada em várias fontes do período, não parece ter tido uma concretização muito literal nestes concelhos, onde de facto os ânimos estiveram exaltados, mas não o suficiente para actos de violência física. Os presidentes das câmaras afastaram-se pacificamente. Não se pode dizer o mesmo de outras personalidades públicas locais. De novo o exemplo de Avis, onde os ódios de classe parecem ter sido mais fortes. O vice-presidente e o anterior presidente da câmara (1950 – 1962) foram de facto expulsos das suas casas e da vila, “em ambiente de ódio e de selvajaria”¹⁶. Não chegaram a ser agredidos fisicamente devido à forte protecção das autoridades locais (GNR). Entretanto o presidente em exercício achou por bem enviar a família para o estrangeiro depois da verdadeira intimidação que sofreu na enorme manifestação do primeiro “1º de Maio Livre”.

As preocupações mais urgentes das comissões administrativas parecem ter sido, na maior parte dos casos encontrados nas actas, as ocupações de casas consideradas subutilizadas para uso de pessoas da terra ou de retornados das antigas colónias. Para tal constituíram-se inúmeras Comissões de Moradores nas diversas juntas de freguesia, em nome das quais se realizaram vários actos de expropriação de casas.

Já fora do âmbito deste trabalho, mas intimamente relacionado com todo o processo político descrito, salienta-se o movimento de ocupação de terras, conhecido como Reforma Agrária, e que teve nestes concelhos uma expressão directamente proporcional ao tipo de estrutura social e económica respectiva. Os grupos que assumiram o poder local neste período são representativos da força que o movimento teve ou não na respectiva área de influência. Segundo o mapa que Afonso de Barros apresenta com as percentagens da área ocupada na superfície dos concelhos, os valores de ocupação das terras são os seguintes:

Nisa e Marvão = 0%.

Crato = menos de 5%.

Arronches = entre 5% e 20%.

Castelo de Vide, Portalegre, Gavião, Monforte, Elvas = entre 20% e 50%.

Avis, Ponte de Sor, Alter do Chão, Campo Maior, Fronteira e Sousel = mais de 50%¹⁷.

¹⁶ Entrevista ao Dr. Fernando Nuno Belo Gonçalves Coelho, presidente da Câmara Municipal de Avis até 1974, realizada em 1999.

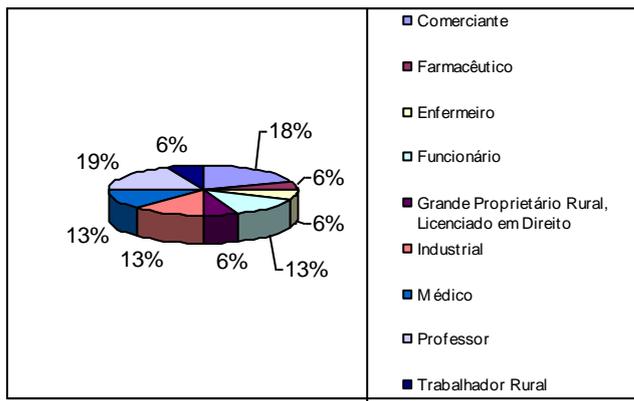
¹⁷ Para Avis apurei uma percentagem de 71%.

Ora foi precisamente nos concelhos com maior percentagem de ocupação de terras que a transformação das elites foi mais evidente. Em Fronteira o presidente da comissão administrativa assumiu-se como “Trabalhador rural”. Como nota de curiosidade, na primeira sessão da Comissão Administrativa da Câmara de Avis a lista dos indivíduos que tomaram posse apresenta, antes de cada nome, “Senhor”, por extenso!

Em Nisa, onde praticamente não houve ocupações, neste período o presidente foi um grande proprietário rural licenciado em Direito; em Portalegre foi um proprietário rural, professor da Escola Industrial; no Crato foi um médico e em Castelo de Vide o presidente nomeado em 14/11/1974, também médico, era um antigo vereador que fazia parte das elites locais tradicionais e ao grupo dos proprietários rurais.

Quadro IV:

Presidentes da Câmara: Categorias Sócio-Profissionais	Comissões Administrativas 1974/76
Alter do Chão	Comerciante
Arronches	Professor Primário / Industrial
Avis	Enfermeiro
Campo Maior	Professor Primário
Castelo de Vide	Proprietário Rural, Médico, antigo vereador
Crato	Médico
Elvas	Comerciante
Fronteira	Trabalhador Rural
Gavião	Funcionário da CP
Marvão	Funcionário Público
Monforte	Comerciante
Nisa	Grande Proprietário Rural, Licenciado em Direito
Ponte de Sor	Industrial de Cortiça
Portalegre	Proprietário Rural, Professor da Escola Industrial
Sousel	Farmacêutico



Na lista de profissões dos presidentes das comissões administrativas evidencia-se a maior variedade de profissões e a introdução de categorias novas, como as de funcionário, enfermeiro e trabalhador rural.

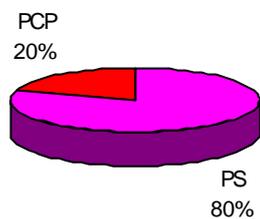
A partir de 1977.

As primeiras eleições autárquicas realizaram-se no dia 12 de Dezembro de 1976. A legislação saída da revolução de 1974, tal como a de 1926, incapacitou os antigos presidentes da câmara para se candidatarem e mesmo para serem eleitores da Assembleia Constituinte¹⁸, mas não os impediu de se candidatarem de novo à presidência das câmaras. Se a maioria não o fez, alguns atreveram-se e ganharam, como foi o caso de Manuel Rui Azinhais Nabeiro, o industrial de café de Campo Maior que já tinha sido presidente 1972. Também em Castelo de Vide, o presidente eleito em 1976 era filho de um antigo presidente que exercera funções entre 1957 e 1960: o Dr. José Vicente Branco do Casal Ribeiro, Doutorado em Veterinária e grande proprietário rural.

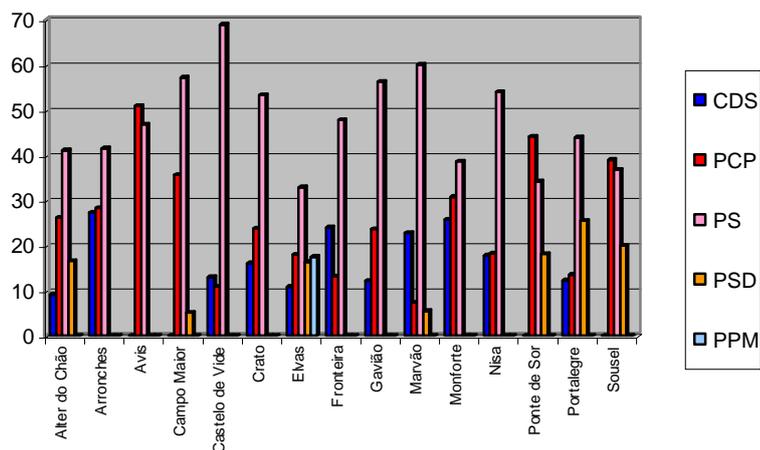
Os primeiros resultados eleitorais neste distrito revelaram-se muito díspares. O Partido Socialista foi claramente vencedor (conseguiu 12 câmaras), o que distinguiu este distrito dos seus vizinhos Évora e Beja.

¹⁸ Decreto-Lei nº 621-A e B/74, de 15-11-1974. Tornou-os ainda inelegíveis para os órgãos sociais das cooperativas, Decreto-Lei nº 390/75, de 22/7/1975.

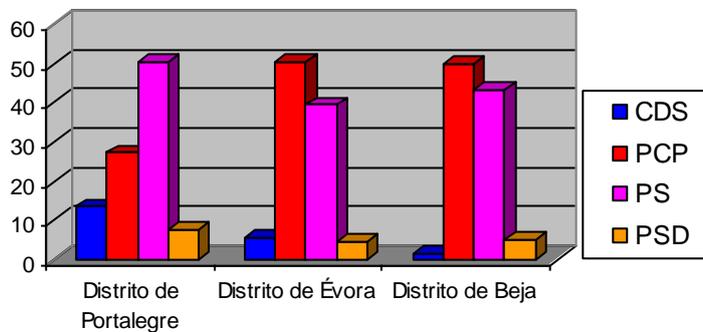
Eições Autárquicas de 1976: partidos vencedores nas Câmaras do distrito de Portalegre



Resultados das eleições autárquicas no distrito de Portalegre em 1976



Resultados das eleições autárquicas de 1976 (%)

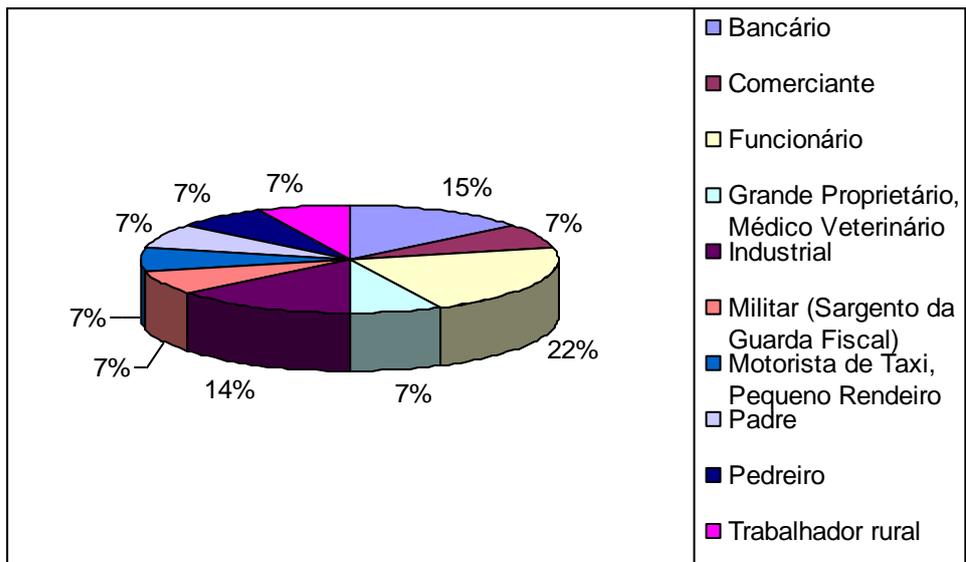


Os concelhos de Ponte de Sor, Avis e Sousel destacam-se por serem os únicos onde o PCP ganhou, e apresentarem resultados eleitorais muito mais aproximados aos dos outros distritos alentejanos. O comportamento eleitoral destes concelhos está directamente relacionado com a respectiva estrutura da propriedade, predominantemente de grande dimensões, diferente da maioria do distrito de Portalegre, onde as propriedades de menores dimensões apresentam percentagem mais elevadas e onde o processo de ocupação de terras foi muito mais reduzido. Neste distrito chegou a haver em 1976 uma votação significativa no CDS em 11 dos concelhos, além de um resultado surpreendente do PPM em Elvas. Estes partidos tiveram uma expressão quase insignificante em Évora e sobretudo em Beja.

Em geral pode dizer-se que as elites políticas foram maioritariamente substituídas. Nalguns concelhos foi mesmo definitivamente. Voltando ao quadro I verificamos a enorme diversidade profissional dos presidentes das câmaras a partir de 1974, da qual se destacam os funcionários com 23%, os licenciados com 15% (estes já sem qualquer vínculo à grande propriedade fundiária), os professores com 13% e os comerciantes e os bancários com 10% e 9% respectivamente. O primeiro grupo de presidentes eleitos apresenta a seguinte configuração:

Quadro V:

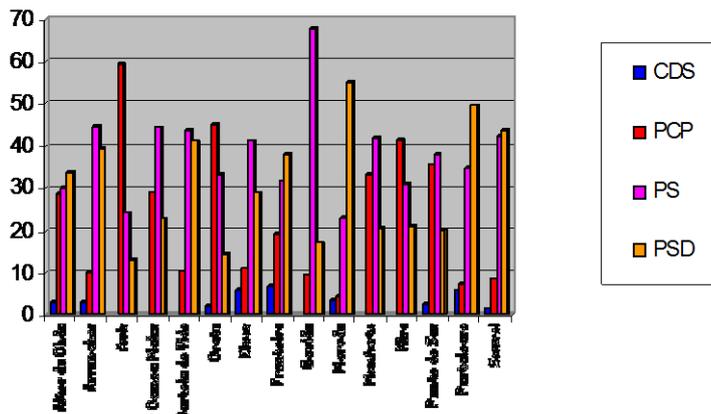
Presidentes da Câmara eleitos em 12-12-1976	
Alter do Chão	Bancário
Arronches	Pedreiro
Avis	Motorista de Taxi, Pequeno Rendeiro
Campo Maior	Industrial, o mesmo de 1972
Castelo de Vide	Grande Proprietário, Médico Veterinário
Crato	Padre
Elvas	?
Fronteira	Comerciante
Gavião	Funcionário Público
Marvão	Militar (Sargento da Guarda Fiscal)
Monforte	Gerente Comercial
Nisa	Funcionário Público
Ponte de Sor	Industrial de Cortiça
Portalegre	Bancário
Sousel	Trabalhador rural – Pastor



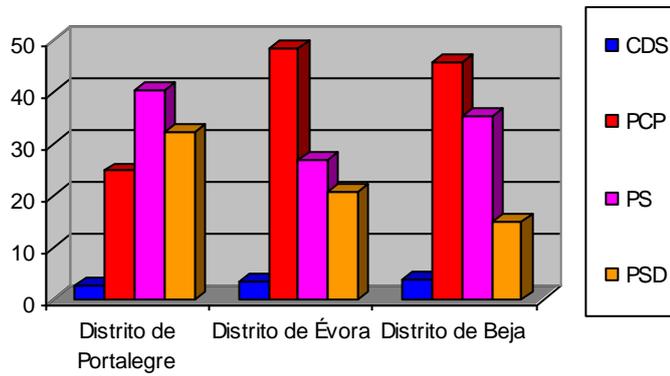
Os grupos actualmente no poder autárquico estão ligados aos serviços e possuem uma ligação muito reduzida à terra, quando não completamente inexistente. Os critérios de recrutamento viraram-se para a filiação política quase exclusivamente, se bem que o carisma pessoal também tivesse sido relevante, sobretudo nas primeiras eleições democráticas. Ao longo das duas décadas seguintes o panorama político distrital continua a ter como partido maioritário o PS, mas o PCP e suas coligações já não consegue um 2º lugar tão facilmente: em 1993 o PSD ultrapassou-o, se bem que em 1997 voltasse ao 3º lugar. No distrito de Portalegre apenas um concelho se manteve *fidel* ao PCP ao longo de todos estes anos e onde este partido (ou suas coligações) ainda ganha com mais de 50%: Avis. Desde as primeiras eleições constituintes em 25/4/1975 que ganha este partido, não apenas nas eleições autárquicas, mas também nas legislativas. Ainda nas últimas eleições legislativas de 10/10/1999 a CDU ganhou com mais de 50% em apenas dois concelhos em todo o país: Avis e Serpa. O comportamento eleitoral do concelho de Avis aproxima-o muito mais dos distritos de Beja e Évora do que do distrito de Portalegre a que pertence. O primeiro presidente da câmara eleito era um pequeno rendeiro e proprietário de um táxi, mas que apresentou como classificação profissional “operário agrícola”. Não é de negligenciar o facto de que este indivíduo que presidiu aos destinos da política local entre 1977 e 1980 fosse o mesmo que liderou todo o processo da Reforma Agrária no concelho de Avis.

Em todos os outros concelhos tem havido uma certa alternância, motivada, segundo o levantamento das fontes orais, pela simpatia pessoal dos candidatos. Por exemplo em Ponte de Sor e Sousel o PCP obteve a maioria em 1976, mas em 1993 o primeiro votou PS e o segundo PSD, enquanto os concelhos de Crato e Nisa passaram a votar maioritariamente PCP. Esta personalização da política a nível das autarquias tem como resultado o facto de encontrarmos entre os eleitos uma grande quantidade de médicos, assistentes sociais (incluídos no grupo dos funcionários), comerciantes, bancários e engenheiros técnicos agrários, sem dúvida categorias que mais contactam directamente com as populações e lhes prestam serviços de grande prestígio e utilidade a nível local. Esta proximidade com os eleitores tornou-se um critério de elegibilidade que anteriormente era desnecessário pelo simples facto de não haver eleições!

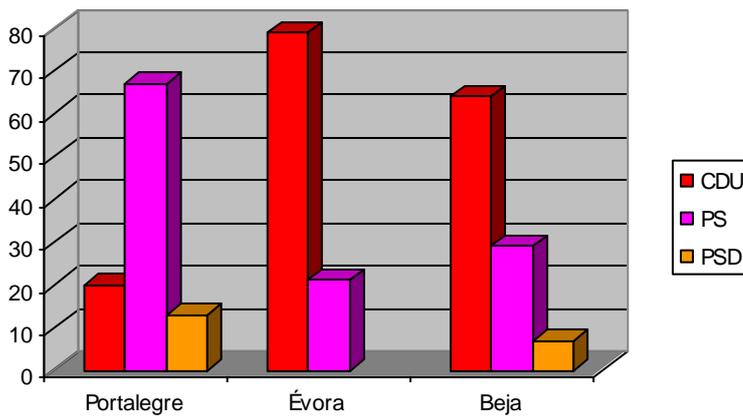
Resultados das eleições autárquicas no distrito de Portalegre em 1993



Resultados das eleições autárquicas em 1993 (%)



Resultados das eleições autárquicas em 1997 (%)

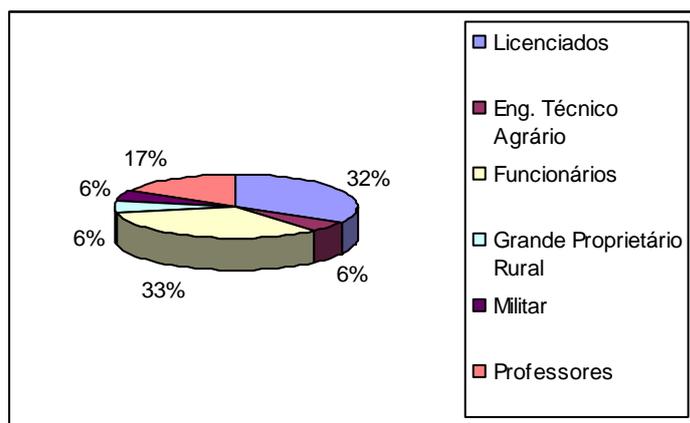


O último grupo de presidentes apurado, o que foi eleito em Dezembro de 1993 e exerceu funções até Dezembro de 1997, apresentou a seguinte composição profissional:

Quadro VI:

Presidentes da Câmara 1994-1997	
Alter do Chão	Eng. Agrónomo
Arronches	Grande Proprietário Rural, funcionário público, descendente das antigas elites
Avis	Eng. Técnico Agrário
Campo Maior	Funcionário Público
Castelo de Vide	Prof. de liceu, descendente das antigas elites

Crato	Funcionário Público
Elvas	Professor de Natação
Fronteira	Militar (Major), Economista, reformado
Gavião	Professor Primário
Marvão	Funcionário Público
Monforte	Gerente Comercial
Nisa	Médico
Ponte de Sor	Médico
Portalegre	Funcionário Público, Sociólogo
Sousel	Médico



Nesta lista encontram-se os já referidos economista e sociólogo, incluídos, neste gráfico, tanto no grupo dos licenciados, como respectivamente nos militares e funcionários. Os grupos dos funcionários e dos licenciados continuam a representar a maioria sócio-profissional do universo em estudo. Salienta-se ainda uma categoria que não foi incluída em qualquer destes quadros, mas que tem uma representação significativa nas câmaras municipais deste distrito, além de algumas juntas de freguesia: os reformados. O referido economista, presidente da câmara de Fronteira, é um militar na reserva, assim como em Campo Maior em 1986 o presidente era um funcionário reformado e em Fronteira em 1990 houve um Sargento na Reserva. Alguns casos reportam-se a pessoas que exerceram as suas actividades profissionais em Lisboa e que, depois de reformados “voltaram à terra” e se dedicaram à política local.

Este trabalho permitiu ainda outro tipo de contabilidade: os tempos de duração dos mandatos dos presidentes das câmaras.

Quadro VII:

Tempos de permanência na presidência das câmaras	Nº de presidentes desde c. 1941 a 1974	Média de permanência em anos	Nº de Presidentes na Comissão Administrativa, 1974-1976	Nº de presidentes desde 1977	Média de permanência em anos
Alter do Chão	4	9	1	3	8
Arronches	8	4	2	2	12
Avis	3	11	1	2	12
Campo Maior	8	3	1	3	7
Castelo de Vide	8	4	1	4	6
Crato	4	8	1	4	5
Elvas	7	5	1	5	4
Fronteira	5	8	1	5	5
Gavião	4	9	1	4	6
Marvão	6	6	1	2	11
Monforte	6	6	2	1	21
Nisa	10	4	1	3	8
Ponte de Sor	5	7	1	3	8
Portalegre	7	5	1	4	5
Sousel	5	7	1	2	11
Somas	90	96	17	47	129
Médias		6.4			8.6

O quadro VII revela-nos uma média de permanências mais elevada para os presidentes do período pós 25 de Abril que para os anteriores. Este facto está relacionado com a impossibilidade que os antigos presidentes tinham de ultrapassar 3 renovações de mandatos (como já foi referido), enquanto que actualmente nada impede um indivíduo se recandidatar eternamente. Neste distrito apenas 10 presidentes do Estado Novo cumpriram 12 anos de mandato. Até ao 25 de Abril as médias mais altas de permanência encontram-se em Avis com 11 anos e Alter do Chão e Gavião com 9, encontrando-se a média total nos 6,4 anos. Após as primeiras eleições de 1976 Monforte apresenta o tempo de permanência mais longo: 21 anos com o mesmo presidente, enquanto Avis chegou aos 20 anos em 2000, altura em que o presidente pediu a suspensão do mandato e se reformou. As médias mais altas encontram-se em Monforte (21), Arronches e Avis (12), Marvão e Sousel (11), sendo a média total de 8,6 anos.

Este fenómeno deu origem à profissionalização do cargo de Presidente da Câmara, algo impossível antes de 1974 pelo já referido facto do cargo não ser remunerado. Enquanto no período anterior os presidentes e vereadores nunca abandonavam a sua profissão anterior, actualmente a entrada na política local passa a

constituir para os eleitos a principal actividade profissional e fonte salarial. Nos finais dos respectivos mandatos os percursos profissionais caracterizam-se no geral por um retorno à situação anterior. Nos casos de maior permanência, alguns passam directamente para a situação de reformados.

Foi também possível apurar a presença feminina nas câmaras municipais do distrito de Portalegre:

Quadro VIII:

Câmaras:	Primeiras mulheres:
Alter do Chão	Vereadora do PS em 1994
Arronches	Vereadora do PSD em 1990
Avis	Vereadora da CDU em 1998
Campo Maior	Vereadora do PS em 1998
Castelo de Vide	0
Crato	Vereadora em 1986
Elvas	Vereadora do PS em 1998
Fronteira	Vice-presidente substituiu o presidente em 1991-1993
Gavião	0
Marvão	2 Vereadoras em 1977, vereadora do PS em 1998
Monforte	Vereadora em 1973: D. Josefina Coelho Sampaio, doméstica, mulher do Dr. José Alfredo Sardinha Coelho Sampaio, advogado, notário, grande proprietário rural.
Nisa	Vereadora da CDU em 1998
Ponte de Sor	Vogal em 1957-61: Dr^a Jovita Sousa Maia de Carvalho, 1^a mulher, ignora a licenciatura
Portalegre	Vereadora em 1973: D. Margarida de Jesus Serras Fraga do Amaral; outra em 1983 e outra em 1998.
Sousel	0

A câmara de Ponte de Sor foi a primeira a incluir uma mulher no seu corpo de vereadores entre 1957 e 1961. Monforte e Portalegre também tiveram vereadoras antes de 1974, ambas de famílias das elites tradicionais. Quanto ao período pós-25 de Abril, Marvão incluiu 2 mulheres nas suas listas logo em 1976, uma das quais parente do presidente que exerceu o cargo entre 1964 e 1973, e que tinha a profissão de despachante alfandegário. Progressivamente estas câmaras foram incluindo mulheres nas suas listas de vereação, até que em Fronteira o presidente eleito em Dezembro de 1989 (pelo PCP) adoeceu e foi substituído no início de 1991 (até às eleições de Dezembro de 1993) pela vice-presidente, Luísa Maria Oliveira Correia, desenhadora na Câmara de Alter do Chão, natural de Cabeço de Vide. Esta funcionária foi a primeira mulher presidente da câmara no distrito.

Algumas notas finais:

Este estudo pretendeu contribuir para uma classificação mais vasta das elites locais em Portugal Continental. Na região em estudo, enquanto que no período do Estado Novo se verificava entre as elites políticas um claro predomínio dos grandes proprietários rurais e licenciados, após a revolução do 25 de Abril de 1974 observou-se uma forte substituição destes grupos por categorias com origens completamente diferentes, entre as quais predominam os funcionários com habilitações médias e, nalguns casos, superiores, e os professores primários e secundários.

Definitivamente, a propriedade fundiária já não governa o meio rural. As únicas excepções de renovação de elites encontram-se em Arronches e Castelo de Vide, onde os respectivos presidentes, descendentes das antigas elites fundiárias, tiveram também carreiras ligadas à função pública e à docência: o primeiro como chefe de secção no Centro Regional de Segurança Social de Portalegre, o segundo como professor do ensino secundário.

Podemos avançar algumas tentativas de explicação deste fenómeno. O movimento da Reforma Agrária que afectou toda esta região¹⁹, apesar de não ter resultado numa transferência definitiva de propriedade, afastou de forma permanente as antigas elites do poder local e, na maior parte dos casos, da actividade agrícola como profissão principal. Antes já havia muitas famílias com membros que tinham outras profissões, mas havia sempre um que se dedicava à agricultura como actividade profissional, ou outros que simplesmente não exerciam a actividade para a qual se tinham licenciado para se dedicarem em exclusivo à agricultura. A ocupação de terras entre 1975 e 1989 (em alguns casos, até 1993), obrigou a maior parte dos proprietários ou seus descendentes a seguir percursos sócio-profissionais alternativos à agricultura, e já não complementares. Enquanto Portugal manteve as características de país essencialmente agrícola, as políticas de apoio à agricultura, dirigidas principalmente à grande lavoura do sul, sob a forma da protecção cerealífera, permitiram que este grupo mantivesse um nível de vida elevado, o qual se manifestava exteriormente de forma bastante visível. Não só as casas e os carros contrastavam com a pobreza geral envolvente, mas sobretudo a atitude e os comportamentos sociais destacaram as elites

do resto da população. Com a tendência para a subalternização da agricultura que se verificou no último quarto do século XX, e mais marcadamente com a entrada na CEE e a introdução da PAC, a actividade agrícola perdeu quase por completo a sua viabilidade económica, colocando sérias dificuldades à profissão, sobretudo nas médias e pequenas explorações. Os actuais agricultores do distrito de Portalegre detêm ainda grandes patrimónios fundiários, sobretudo nos concelhos de Alter do Chão, Avis, Campo Maior, Fronteira, Monforte, Ponte de Sor e Sousel, onde predomina actualmente a criação de gado e o montado de sobro. Muitos são os descendentes directos das elites que 200 anos antes arrendavam as terras dos grandes senhores. Outros chegaram recentemente para comprar terras, incluídos num movimento parecido com o de meados do século XIX, quando alguns industriais e outros grupos urbanos compraram terras no Alentejo com o objectivo de adquirir algum estatuto social que careciam. No entanto, a categoria de proprietário já não lhes confere o poder económico que 50 anos antes ainda era uma realidade. Actualmente o objectivo da posse da terra no Alentejo está muito mais virado para as actividades de recreio e para a realização de uma tendência ligada à moda do abandono dos centros urbanos “poluídos e *stressantes*” em nome de uma certa “qualidade de vida”, não abandonando, no entanto, as suas profissões urbanas, de onde retiram a parte mais significativa dos seus rendimentos. Isto não se aplica aos maiores proprietários dos montados de sobro: estes ainda podem viver, e bastante bem, exclusivamente da agricultura.

A tendência descrita tem consequências directas na sua ausência do poder local: na sua qualidade de *turistas*, completamente alheios à vida social local e afastados da pouca população que ainda resta, com relações muito mais fortes com a capital, onde chegam em pouco mais de uma hora, estes grupos não participam da política local. A baixa utilização da mão-de-obra neste tipo de agricultura também diminuiu consideravelmente o contacto com as populações locais: enquanto ainda nos anos 50 e 60 do século XX estas lavouras chegavam a contratar ranchos de dezenas de trabalhadores, quando não de centenas (além do pessoal fixo que incluía várias famílias completas), actualmente o pessoal contratado reduz-se ao mínimo indispensável e, quando necessário, utilizam-se grupos que trabalham em empreitada e que geralmente

¹⁹ Incluída da ZIRA – Zona de Intervenção da Reforma Agrária, estabelecida com o decreto-lei n° 236/76, de 5-4-1976.

nem são originários das localidades mais próximas. Esta situação de contraste entre a grande propriedade na posse de um número reduzido de indivíduos com um baixo nível de participação na vida social e económica local, e uma população envelhecida, praticamente sem oportunidades profissionais e cujos filhos emigraram para a capital, ainda levanta nestes concelhos alguns ressentimentos e traduz-se nos resultados eleitorais. O PCP ainda tem uma presença muito forte e levará certamente algumas gerações até que os motivos que levaram à Reforma Agrária sejam completamente esquecidos e ultrapassados pelos actuais eleitores.

Durante dois séculos os proprietários ou rendeiros das grandes lavouras efectivamente controlaram o poder político local, resistindo às grandes mudanças provocadas pela revolução liberal, pela queda da monarquia e pela implantação do Estado Novo. Apesar de alguns dos seus membros terem oferecido alguma resistência a cada uma dessas revoluções no seu início, a todas se adaptaram, controlando as instituições do poder, tanto as tradicionais (Câmara e Misericórdia), como as que foram sendo criadas: sindicatos agrícolas na República, Grémio e Casas do Povo no Estado Novo. Nas palavras de Rui Santos, os “senhores da terra” continuaram “senhores da vila”, até que a revolução de 1974 os afastou de forma definitiva.

ANEXOS:

1. Telegramas e deliberações de algumas câmaras na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974. Fonte: Actas das sessões das Câmaras Municipais.
2. Cronologia e Legislação Consultada

FONTES:

- Livros do Recenseamento Eleitoral do concelho de Avis, 1836-1990.
- Livros de Actas das Câmaras Municipais de Avis, Alter do Chão, Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre, Sousel.
- Livros da correspondência expedida e recebida das mesmas câmaras.
- ANTT. Desembargo do Paço. Alentejo e Algarve. Arrolamentos dos elegíveis para vereadores da vila de Avis para os anos de 1799-1801, 1829-1831, 1832-1834.
- Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Avis: livros de actas das sessões realizadas entre 1850 e 1998.
- Imprensa regional.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de – *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886 – 1941*, tese de dissertação para obtenção do título de Mestre, ISCTE, Lisboa, 1997.

IDEM – *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

IDEM – “Elites políticas alentejanas: continuidade e mudança no concelho de Avis nos finais do século XIX e 1ª metade do século XX”, in MONTEIRO, Nuno Gonçalves (coord.) – *Estudos Autárquicos*, Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, Ano IV, nº 6 e 7, 1º e 2º Semestres de 1996, pp. 189 – 240.

IDEM – “Classificações ocupacionais em meio rural: abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes”, Seminário *Classificações Ocupacionais e Classificações Sociais*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 7-8 Outubro, 1999. Disponível em www.paco.iscte.pt.

IDEM – “Percurso de Pobreza em Meio Rural: As Mulheres no Hospital da Misericórdia de Avis”, IV Congresso de Sociologia, Associação Portuguesa de Sociologia, Coimbra, 17-19 Abril, 2000.

IDEM – “Património e poder local: os senhores e os seus rendeiros (Avis, 1778-1993)”, 1º Congresso de Estudos Rurais, Vila Real, 16-18 de Setembro 2001, publicação em CD, disponível em www.utad.pt/~des/cer/.

IDEM – “A Lei Barreto e a Entrada de Portugal na CEE”, *Relações Portugal – Europa*, vol. I, XXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Universidade do Minho, Braga, 16-17 de Novembro de 2001.

BARRETO, António Morais – *Anatomia de uma Revolução*, in BARRETO, António (dir.) – *A Reforma Agrária*, 7º vol., Publicações Europa-América, Mem Martins, 1987.

IDEM e MÓNICA, Maria Filomena (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento A/E*, Vol. VII, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999.

IDEM (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento F/O*, Vol. VIII, Livraria Figueirinhas, Porto, 2000.

IDEM (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento P/Z*, Vol. IX, Livraria Figueirinhas, Porto, 2000.

IDEM (org.) – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, ICS, Lisboa, 1996.

IDEM (org.) – *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, Vol. II: “Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia”, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2000.

BARROS, Afonso – *A Reforma Agrária em Portugal. Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras, 1979.

CAUPERS, João – “Administração Local”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento A/E*, volume VII, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999, pp. 50 – 51.

CORREIA, Sérvulo e AYALA, Bernardo Diniz de – “Câmaras Municipais”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento A/E*, volume VII, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999, pp. 220 – 222.

CUTILEIRO, José – *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, 1ª edição portuguesa, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1977.

FONSECA, Hélder Adegar – *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

IDEM e SANTOS, Rui – “Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX”, *Ler História*, 40 (2001), pp. 43 – 94.

FONSECA, Jorge – “Uma Vila Alentejana no «Antigo Regime» – Aspectos Sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 4, 1986, pp. 119 – 207.

IDEM – “Um Nobre alentejano do século XVIII e a sua casa – o inventário de Valentim Lobo da Silveira”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 8, 1990, pp. 227 – 261.

IDEM – “Um Lavrador Setecentista Alentejano e o seu livro de «Memórias»”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 13, 1995 – 1996, pp. 127 – 151.

MARTINS, Júlio Silva – *Estruturas Agrária em Portugal Continental*, Prelo, 2 vols., Biblioteca de Economia, Lisboa, 1973 e 1975.

MATOS, Venerando António Aspro de – *A Elite Política Republicana no Concelho de Torres Vedras (1907-1931)*, Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1998.

MONTALVO, António Rebordão – “O poder local e a participação dos cidadãos”, in COELHO, Mário Baptista – *Portugal. O Sistema Político e Constitucional, 1974 – 1987*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1989, pp. 469 – 483.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas – “Concelhos e comunidades”, in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, volume 4º, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, pp. 303 – 331.

IDEM – “Os Poderes Locais no Antigo Regime”, in OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 16 – 175.

IDEM (coord.) – *Estudos Autárquicos*, Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, Ano IV, nº 6 e 7, 1º e 2º Semestres de 1996.

OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

PEREIRA, Teresa Maria Sancha Fernandes – *Elite Política Municipal e Distrital de Lisboa, 1926-1945*, Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1998.

PEREIRA, Zélia – “Estruturas Agrárias, Sociedade Local e Poder Municipal em Almada (1827)”, in *Anais de Almada. Revista Cultural*, 2, 1999, pp. 121 – 156.

PICÃO, José da Silva – *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983 (edição original de 1903, reeditada em 1947).

POINSARD, Léon – *Le Portugal Inconnu. Paysans, Marins et Mineurs*, Bureaux de la Science Sociale, Paris, 1910.

PORTAS, Carlos – “O Alentejo: situação e perspectivas sócio-económicas”, in *Análise Social*, vol. V (18), Lisboa, 1967, pp. 185 – 206.

REBELLO, José Adriano Pequito (1892-1983) – *As Eleições de Portalegre (Documentos)*, Edição do autor, Lisboa, 1950.

REIS, Jaime – *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850 - 1930)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

ROCHA, Maria Manuela – *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1ª Metade do Séc. XIX*, Edições Cosmos, Lisboa, 1993.

ROSAS, Fernando – *O Estado Novo nos anos 30 (1928 – 1038)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1986.

IDEM – *O Estado Novo (1926 – 1974)*, in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, volume 7º, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

IDEM e BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996.

RUAS, Henrique Barrilaro – “O Poder Local”, in REIS, António (coordenador) – *Portugal 20 Anos de Democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

SANTOS, José António – “Municípios”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento F/O*, volume VIII, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999, pp. 571 – 574.

SANTOS, Rui – “Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII”, in *Análise Social*, Vol. XXVIII (121), 1993, pp. 345-369.

IDEM – *Celeiro de Portugal Algum Dia. Crescimento e Crises Agrárias na Região de Évora. 1595 – 1850*, dissertação para obtenção do grau de Doutor em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832 – 1889), estudo e selecção de Ana Cardoso de Matos, M. C. Andrade Martins e M. L. Betencourt; prefácio de Jaime Reis, Temas Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

SILBERT, Albert – *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe - début du XIXe siècle: contribution à l'Histoire Agraire Comparée*, S.E.U.P.E.N., Paris, 1966.

IDEM – *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, 3ª ed. (1ª ed. de 1970), Livros Horizonte, Lisboa, 1981.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – *Revolução liberal e propriedade: a venda dos bens nacionais no distrito de Évora (1834 – 1852)*, Tese de doutoramento em História

apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

TORRES, Ana Paula Teixeira – *As elites políticas de Oeiras (1908-1926)*, Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1999.

ANEXO 1:

Exemplos de actas das sessões das Câmaras Municipais:

Alter do Chão, 2/5/1974:

“Voto de apoio à Junta de Salvação Nacional. (...) o corpo administrativo deliberou, por unanimidade: Primeiro – Congratular-se pelo Movimento em boa hora levado a efeito pelo valoroso Exército Português. Segundo – Apoiar inteiramente as directrizes já definidas pela Junta de Salvação Nacional. Terceiro – Dar conhecimento desta deliberação por telegrama ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Salvação Nacional.”

Arronches, 6/5/1974:

Câmara decide “transmitir os seus respeitosos cumprimentos à Junta de Salvação Nacional através do seu representante no distrito, o tenente-coronel Renato Miranda, testemunhando ao mesmo tempo o seu apreço e confiança no heróico Movimento das Forças Armadas; afirma em nome das forças vivas do concelho e da respectiva população a sua completa adesão ao programa da Junta de Salvação Nacional, pondo-se desinteressada e lealmente à sua inteira disposição para servir a nação (...) o clima de sossego, ordem e trabalho que reina entre toda a população deste concelho...”

Avis, 11/5/1974:

Deliberação: “Actual Momento Político: Por proposta do excelentíssimo Presidente da Câmara e depois de analisado o actual momento político, foi deliberado por unanimidade: Primeiro – Prestar todo o apoio ao Movimento da Forças Armadas e Junta de Salvação Nacional. Segundo – Pôr à disposição do Excelentíssimo Senhor Governador Civil, logo que este seja nomeado pelo futuro Governo Provisório, os cargos que os presentes ocupam neste Organismo Administrativo. Terceiro – Apelar para o povo do Concelho no sentido de continuar a demonstrar o civismo e serenidade de que sempre tem dado provas. Quarto – Dar público e imediato conhecimento da presente deliberação.”

Campo Maior, 10/5/1974:

Câmara enviou um telegrama à Junta de Salvação Nacional: “saúda o glorioso Movimento das Forças Armadas e Junta de Salvação Nacional, congratulando-se com o civismo que deu provas todo o Povo Português, propondo-se servir Portugal prestando toda a colaboração no desempenho da Missão de servir o concelho que representa com inteira dedicação.”

Castelo de Vide, 27/4/1974:

“Movimento das Forças Armadas de Vinte e Cinco de Abril: O colégio deliberativo trocou rapidamente impressões acerca da redundância do Movimento das Forças

Armadas Portuguesas (...) E as palavras dos seus membros, em uníssonos, foram de júbilo mais profundo, pelo fim de uma ditadura fascista velha de quase cinquenta anos (...) Congratulou-se mais a Câmara pelo facto de, pela primeira vez na História Nacional, uma revolução ter sido brilhantemente levada a cabo sem derrame de sangue. Foi resolvido exarar na acta correspondente à reunião um voto de enaltecimento e lealdade à Junta de Salvação Nacional e remeter um telegrama de congratulações ao excelentíssimo General António de Spínola, seu heróico Presidente...”

Fronteira, 2/5/1974:

Presidente apresentou proposta em reunião extraordinária: “Primeiro – A Câmara vem manifestar o seu apreço pela Acção Patriótica desenvolvida pelo Movimento das Forças Armadas e prosseguido pela Junta de Salvação Nacional, que, estamos certos, norteada pelos seus princípios de bem servir os altos desígnios históricos de Portugal; Segundo – Mais deseja a Edilidade expressar todo o melhor espírito de colaboração e trabalho em prol do concelho que serve, célula básica da estrutura Nacional (...) Deliberou que se enviasse comunicação ao Excelentíssimo Delegado da Junta de Salvação Nacional em Portalegre, Sr. Tenente Coronel Renato Miranda, com o pedido de a transmitir a Sua Excelência o Presidente da mesma Junta, General António de Spínola.”

Marvão, 3/5/1974:

“Devido aos acontecimentos verificados no nosso País no dia vinte e cinco de Abril findo, reuniu a Câmara em reunião extraordinária para apreciação e aprovação de uma proposta apresentada pelo Sr. Presidente, do teor seguinte: Considerando que a Câmara Municipal de Marvão não pode estar alheia aos acontecimentos que se iniciaram no passado dia vinte e cinco de Abril no nosso País e que culminaram com a instalação da Junta de Salvação Nacional no poder, proponho:

Primeiro: Que sejam transmitidos os cumprimentos desta Câmara à Junta de Salvação Nacional, pela relevante acção das gloriosas Forças Armadas, nos propósitos em que se propõem servir patrioticamente Portugal, a bem do Povo Português. Segundo: Testemunhar à Junta de Salvação Nacional que esta Câmara continua trabalhando no melhor sentido cívico de servir o Concelho que representa. Terceiro: Uma vez aprovada esta proposta, que dela se dê conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Delegado da Junta de Salvação Nacional em Portalegre e ao Excelentíssimo Senhor Governador Civil do Distrito.”

Nisa, 3/5/1974:

O presidente convocou reunião extraordinária “para dar conhecimento oficial da acção desenvolvida pelas Forças Armadas, que levou à constituição da Junta de Salvação Nacional, cujos propósitos de servir Portugal são bem patenteados nos diversos comunicados que tem emitido. Que, assim, e porque a missão da Câmara é a de servir os povos que constituem o concelho, no sentido do seu desenvolvimento e progresso que, até aqui, lhes tem sido negado, contra a vontade sempre manifestada pela câmara, e atendendo ao clima sereno que se verifica no concelho, cujas virtudes cívicas nunca se perderam, e à vontade firme dos seus habitantes de, com disciplina, lutarem pelo desenvolvimento da terra que os viu nascer, propôs o Sr. Presidente que se manifestasse nesta acta a total adesão da Câmara ao glorioso Movimento das Forças Armadas.”

Deu conhecimento desta deliberação ao Presidente da Junta de Salvação Nacional através do Governo Civil.

Ponte de Sor, 2/5/1974:

“pelo senhor Presidente foi dito que sendo esta a primeira reunião depois do vitorioso Movimento das Forças Armadas de que emanou a actual Junta de Salvação Nacional competia à Câmara definir a sua posição perante a nova situação vigente. A Câmara, por unanimidade, deliberou manifestar o seu apoio e colaboração ao serviço do concelho e a esperança no futuro do País e igualmente enviar expressivo telegrama a Sua Excelência o General António de Spínola ilustre Presidente da referida Junta...”

Portalegre, 30/4/1974:

Declaram um “Voto de apreço pela patriótica acção desenvolvida pelas Gloriosas Forças Armadas em benefício da Nação.” O presidente propõe transmitir cumprimentos à Junta de Salvação Nacional; “testemunha a disposição desta Câmara em continuar a trabalhar com inteira dedicação e firme propósito de servir o concelho que representa (...) em todos os sectores da actividade municipal portalegrense se mantém um clima sereno de trabalho, de disciplina e de civismo...”. Depois foi o vereador Mariano Firmino da Costa Pinto (que assumiu as funções de presidente em 26/6/1974) que transmitiu estas deliberações ao Comandante Militar e ao Governador Civil.